

Emiliano José

Carlos Marighella. O inimigo número um da ditadura militar.
São Paulo, Sol e Chuva, 1998.

João Roberto Martins Filho (Professor de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos)

No início dos anos 70, com o intuito de aprender a teoria e a prática da luta antiguerrilha, centenas de disciplinados oficiais com responsabilidade de comando em operações repressivas de seus países de origem afluíram à Escola das Américas, posto avançado do Exército dos Estados Unidos na Zona do Canal, no Panamá. O curso O-47 — “Operações de Contra-Insurreição — no tópico “Conceitos Básicos de Contra-Insurreição em Áreas Urbanas” — incluía a “teoria básica da guerrilha urbana: conceitos, organização e padrões de insurreição, com ênfase no modelo de insurreição pelo mini-manual de Mariguella (sic)”¹.

Com efeito, o *Pequeno manual do guerrilheiro urbano* correu mundo. Em recente história da guerra moderna, publicada em 1997 (*The Oxford illustrated history of modern war*), no capítulo sobre a guerra popular, pode-se ler: “No Brasil, Carlos Marighella defendeu que a mobilização do povo podia começar com uma espécie de ação de bandos — assaltos a bancos e seqüestros — que preparariam as forças revolucionárias e provocariam ações repressivas do governo, que por sua vez se chocariam contra a população” (p. 170). Marighella é o único brasileiro citado no livro.

Assim, aos olhos do inimigo ou da erudição acadêmica, o comunista baiano aparece como um emblema. Aos olhos da esquerda brasileira, por outras quali-

dades, outra ética e diferentes motivos, Marighella foi também um símbolo. Nesse sentido, é possível afirmar que, se o período pré-Guerra Fria foi a época de Luís Carlos Prestes, a história da esquerda brasileira na Guerra Fria personificasse, em suas virtudes e contradições, na figura de Carlos Marighella.

Vida e morte de um revolucionário

Quando morreu, Marighella já era um mito. Conforme a eletrizante descrição de seus últimos momentos, que serve de abertura ao livro de Emiliano José, os 29 policiais que cercaram e executaram o ex-dirigente do PCB, na noite de 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, sabiam perfeitamente da importância da missão — e seu nervosismo (que resultou num tiroteio com morte entre os próprios agentes) denunciava a grande tensão reinante. Passo a passo, Emiliano reconstitui com pena de mestre os detalhes da emboscada. Em seu texto apurado, nota-se que o professor e jornalista baiano, autor também, em parceria com Oldack de Miranda, de *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980), refinou entre um livro e outro seus dons de narrador. *Carlos Marighella* é um livro que se lê quase sem fôlego, uma biografia à altura do biografado, construída a partir de inúmeras entrevistas, com o apoio de artigos de jornal, documentos oficiais e livros sobre o período.

1. Para a íntegra do documento, ver Nancy Stein e Michael Klare (orgs.) “The Pentagon’s protégés. U.S. training programs for foreign military personnel”. *Nacla’s Latin American & Empire Report*. Nova York, X(1):1-32, 1976.

Na obra se reconhece, para lembrar as palavras de Antonio Cândido no prefácio, um dos homens “que encarnaram o que o Brasil contemporâneo tem de melhor, isto é, a luta por superar a iniquidade que encharca nossa vida social e nos faz ser uma das nações mais injustas da Terra” (p. 8). A partir dessa tomada de posição fundamental, o livro não se exime de discutir os equívocos das organizações de luta armada, entre as quais se destaca a Ação Libertadora Nacional (ALN), o grupo de Marighella. Assim, na página 57, o autor reproduz as considerações de Jacob Gorender, historiador e ex-dirigente do PCB, fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBr) em 1968:

“a conclusão que nós devemos tirar é que a esquerda revolucionária que não quis ceder ao pacifismo e ao reformismo do PCB tinha que tomar uma outra linha naquela época que não era a da luta armada imediata. E que deveria ser uma linha paciente, de contatos com as massas operárias e camponesas, com todas as dificuldades, e elas eram enormes ...” (p. 57).

É verdade que, independentemente das táticas ou estratégia adotadas pela esquerda, ou da confusão entre uma e outras, a política de contra-insurreição do Estado militar estava claramente traçada. A tortura como método repressivo e política de Estado e a eliminação pura e simples de inimigos atingiram não apenas aqueles militantes que “erraram” ao desencadear a luta, como os pacientes revolucionários do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no Araguaia, ou os pací-

ficos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de alto a baixo da hierarquia partidária. Enquanto a esquerda dividiu-se em múltiplas táticas e estratégias e em incontáveis grupos revolucionários, o Estado militar unificou-se em torno de uma só doutrina.

Como mostra *Carlos Marighella*, o próprio sucesso de algumas ações espetaculares da luta armada colaborou para apressar a racionalização das forças repressivas. Depois do seqüestro do embaixador americano, no início de setembro de 1969 — um choque nos nervos do regime, no momento de intensa luta interna que se seguiu à doença de Costa e Silva — veio a avalanche.² No dia 30 de setembro, antes ainda da sação de Médici pelo Congresso Nacional, os órgãos de repressão estouraram em São Sebastião (SP) um refúgio da ALN, e aí prendem Cyrilo, alto dirigente. Poucas horas antes, foi preso e morreu sob tortura Virgílio Ferreira da Silva. A partir daí, por todos os lados, o rolo compressor continuou ferozmente sua marcha até a execução de Marighella. Nessa altura, na alta cúpula das Forças Armadas, a decisão de centralizar as ações repressivas e assumir diretamente seu comando estava já tomada, embora o cerco a Marighella — deixado ostensivamente à polícia de São Paulo — ainda mostre escrúpulos que logo a seguir seriam abandonados. Por outro lado, o Cenimar teve participação decisiva nas prisões e interrogatórios que levaram ao desmantelamento da ALN.

De todo modo, a história política ainda não dispõe de uma análise adequada

2. Apesar disso, é difícil aceitar a versão incorporada por Emiliano (p. 60) de que na decisão de desencadear a ação pesou a doença do ditador. Efetuado no dia 4 de setembro, o seqüestro já estava planejado antes dos acontecimentos em palácio, que só vieram à luz nos primeiros dias de setembro.

e completa das sucessivas etapas de construção do aparelho repressivo.³ A meu ver, esses processos são mais importantes, do ponto de vista histórico, do que saber exatamente quem denunciou quem, sob tortura, aspecto que a imprensa mais destacou nas reportagens e resenhas sobre o livro de Emiliano José.

A persistência da memória

A segunda parte do trabalho destina-se à memória de Marighella e aos acontecimentos que se desenrolaram depois da anistia de 1979. Transportados para Salvador, na Bahia, os restos mortais do fundador da ALN ganharam uma lápide, desenhada por Oscar Niemeyer, com a inscrição: “Não tive tempo para ter medo”. Difícil imaginar, como mostra com precisão Emiliano, a sobrevivência dessa memória, sem o exemplar, generoso e incansável trabalho de Clara Charf, a companheira de Marighella desde o final dos anos 40. Sem ela, e sem a militância tenaz das comissões de mortos e desaparecidos, não seria possível passear hoje pela remota rua do subúrbio de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, cujas placas exibem o nome de Carlos Marighella.

Toca-se aqui em outro ponto relevante. Hoje, tornou-se comum dizer que o governo Fernando Henrique teve a coragem de enfrentar os militares na questão do reconhecimento oficial da responsabilidade da União quanto às mortes e desaparecimentos do período militar. O relato de Emiliano José (p. 103 e ss.) mostra uma história um pouco diferente, onde ressaltam as vacilações e resistên-

cias do poder e a insistência obstinada dos familiares de mortos e desaparecidos, que lançaram mão de todos os instrumentos de pressão ao seu alcance, inclusive os antigos laços do presidente com alguns dos desaparecidos, para chegar à difícil conquista da Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Ainda assim, o projeto passou pelo Congresso sem que se permitisse uma só emenda e coube ao presidente apontar os membros da comissão. Inicialmente concebida de forma a excluir os casos de Marighella e Lamarca, a lei acabou por permitir o exame inclusive desses dois episódios, contrariando frontalmente os chefes militares.⁴

De resto, o debate do caso Marighella permitiu uma das mais consistentes argumentações contra a versão oficial de que os atos dos anos 60 e 70 se inseriram num contexto de guerra (p. 115 e ss.). Como mostrou o relator, Luís Francisco de Carvalho e Silva, o dirigente da ALN foi morto numa situação de emboscada, com um tiro de misericórdia disparado a curta distância, quando estava imobilizado e sem condições de reação.

Um homem e seu tempo

Na terceira e derradeira parte de *Carlos Marighella*, pode-se acompanhar a trajetória pessoal e política do dirigente comunista. Do nascimento, em 1911, passando pelo brilho dos estudos secundários no Ginásio da Bahia — onde respondeu em versos a uma prova de Física —, chega-se ao ingresso no PCB e às sucessivas prisões e longuíssimas torturas, em 1932, 1936 e fi-

3. Informações importantes sobre o ramo policial do aparelho repressivo estão à disposição no estudo da socióloga norte-americana Marta Huggyns publicado no Brasil com o título *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina* (Cortez Editora, 1998).

4. Ver, a este respeito a entrevista do ministro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas à revista *Veja* de 27 de maio de 1998, com o título “Doeu, sim”.

nalmente, 1939. Durante seis anos, em Fernando de Noronha e na Ilha Grande, até a anistia de abril de 1945, o militante comunista viveu nos cárceres do Estado Novo. Depois disso, veio o período de destacada atuação na Assembléia Constituinte (Marighella foi eleito deputado pela Bahia com um terço dos votos dados aos comunistas no Estado), a cassação do mandato, a tenaz atuação partidária semiclandestina como alto dirigente em São Paulo, a viagem à China em 1953 e 1954, o impacto da revelação dos crimes de Stalin, em 1956.

Os fatídicos anos 60 se abrem com a integral dedicação à militância e à luta interna no PCB até o golpe e a prisão subsequente e a volta à liberdade, graças aos mecanismos liberais ainda vigentes. O imediato pós-golpe de 64 aparece como um turbilhão de acontecimen-

tos, um tempo que não deixou tempo para sentimentos de medo. Em sucessivos textos, encontros e declarações, Marighella engrossa e fortalece as legiões de dissidentes do PCB. Em dezembro de 1966, desliga-se da Comissão Executiva e em agosto de 1967 vai à reunião da Olas em Havana, onde fica sabendo que fora expulso do partido. Volta ao Brasil decidido a criar um agrupamento revolucionário que evitasse a inflexibilidade e morosidade dos partidos comunistas: surge o embrião da ALN. Mas não convém relatar em detalhe o conteúdo dessas páginas finais. Convido o leitor a trilhar ele mesmo o percurso que, fechando o círculo inexorável do destino, leva de volta aos instantes finais de Marighella. Completa-se a longa viagem. Embora trágica, uma bela e digna viagem.

Antonio Carlos Mazzeo

Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 2ª ed. (revista) São Paulo: Cortez Editora, 1997 — 144 páginas.
Marcos Del Roio (Professor de Ciência Política da FFC-Unesp, Marília)

A reedição desse livro de Antonio Carlos Mazzeo, numa corajosa e elogiável iniciativa da Cortez Editora, é muito bem vinda, até para evidenciar ainda uma vez a atual carência de debate sobre a origem e a natureza da formação social brasileira. E isso precisamente no momento em que os “clérigos” das sempre mesmas classes dirigentes da nova ordem liberal, se preparam para o espetáculo de exaltação do início do sexto século de uma nação que nunca se fez enquanto tal.

Creio que a marginalização do tema da origem e da natureza da dominação de classe no Brasil é devida a pelo menos dois elementos interligados: um, a imposição de uma hegemonia liberal que se pretende inserida na ordem imperial global do capital e que prescinde de um horizonte político-cultural, atendo-se a falsa universalidade do mercado; dois, a convicção de que essa é uma questão suficientemente resolvida ou mesmo superada. Creio ainda que essa segunda proposição não pode ser dissociada da

FILHO, João Roberto Martins. Resenha de: JOSÉ, Emiliano. Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar. São Paulo: Sol e Chuva, 1998. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.139-142.

Palavras-chave: Carlos Marighella; Ditadura militar; Revolucionário; Partido Comunista Brasileiro.